FISCALIDADE

CADERNO DE EXERCÍCIOS DE APOIO ÀS AULAS

1 – TEORIA GERAL DO IMPOSTO

João Canedo
jpcanedo@iseg.ulisboa.pt

Adaptação por MSP

Ano letivo 2024/2025

NOÇÃO DE IMPOSTO

1. Qual das seguintes afirmações define o conceito de imposto?

a) Prestação pecuniária, estabelecida por força da lei, implicando uma contraprestação específica, a título definitivo, sem carácter de sanção, devida ao Estado, com vista à realização de fins públicos;

b) Prestação pecuniária, coativa, sem contraprestação específica em troca, a título definitivo, sem carácter de sanção, devida ao Estado, com vista à realização de fins privados;

c) Prestação pecuniária, coativa, sem contraprestação específica, a título não definitivo, sem carácter de sanção, devida ao Estado, com vista à realização de fins públicos;

d) Prestação pecuniária, coativa, sem contraprestação específica em troca, a título definitivo, sem carácter de sanção, devida ao Estado, com vista à realização de fins públicos.

2. A que tipo da designada denominada "figura afim" de um imposto se refere a tributação sobre o aumento de valor de bens decorrente da atuação de um ente público?

a) Contribuição especial;

b) Empréstimo público forçado;

c) Contribuição extraordinária;

d) Taxa.

3. Integra o elemento subjetivo da relação jurídico-tributária:

a) O quantitativo do rendimento;

b) A entidade beneficiária do rendimento;

c) O momento em que o rendimento é posto à disposição do beneficiário;

d) Uma transação comercial.

4. Um facto tributário isento significa que determinada situação:

a) Não está sujeita a imposto;

b) Está relacionada com uma entidade não considerada como sujeita a imposto;

c) Está sujeita a imposto mas um facto autónomo impede a sua tributação;

d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

5. Diga qual é a sequência temporal correta do imposto:

a) Lançamento, incidência e cobrança;

b) Incidência, taxas e cobrança;

c) Cobrança, pagamento, liquidação;

d) Auto-liquidação, lançamento e cobrança.

6. Qual das seguintes definições distingue adequadamente os conceitos de impostos diretos e impostos indiretos:

a) Impostos diretos são cobrados a pessoas previamente inscritas numa lista nominativa e os impostos indiretos são cobrados tendo em atenção a situação individual de cada pessoa;

b) Impostos indiretos não podem ser repercutidos a terceiros enquanto que os impostos diretos possibilitam essa repercussão;

c) Os impostos diretos incidem sobre a obtenção de um rendimento e os impostos indiretos incidem sobre a utilização do rendimento;

d) Os impostos diretos abstraem-se do condicionalismo económico ou da situação pessoal dos contribuintes e os impostos indirectos tem em consideração a situação pessoal dos contribuintes.

DIREITO FISCAL

7. Quais os seguintes elementos da lei fiscal que estão sob reserva relativa da lei formal?

a) Incidência, taxas, garantias dos contribuintes e cobrança;

b) Incidência, obrigações acessórias, benefícios fiscais e regime sancionatório;

c) Incidência, taxas, garantias dos contribuintes e benefícios fiscais;

d) Incidência, liquidação, cobrança e regime sancionatório.

8. O direito comunitário constitui uma fonte de direito fiscal. Qual dos seguintes instrumentos do direito comunitário tem carácter geral, é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estado membros?

a) Decisão;

b) Regulamento

c) Diretiva;

d) Parecer

9. As convenções para eliminar a dupla tributação sobre o rendimento que Portugal celebrou com vários países segue o modelo elaborado por:

a) União Europeia;

b) ONU;

c) OCDE;

d) Fundo Monetário Internacional.

10. Os regulamentos internos emanados da administração tributária, no âmbito dos poderes executivos que lhe estão conferidos, nomeadamente através de circulares ou ofícios circulados:

a) Vinculam os funcionários da administração tributária e as empresas;

b) Vinculam os funcionários da administração tributária, os juízes dos tribunais e os particulares;

c) Não vinculam os funcionários da administração tributária nem os juízes dos tribunais, mas apenas os particulares;

d) Vinculam apenas os funcionários da administração tributária.